

MEU CARO MINISTRO COQUEIJO (*)

José Alberto Couto Maciel

V. Exa., homem culto e inteligente, bem antes do que imaginávamos, mas na época acertada pelo Criador, ultrapassa a barreira para nós existente entre a vida e a morte, e vai, certamente meio a contra-gosto, conhecer esse mundo que aí está, o definitivo, porque nós aqui, embora seja difícil aceltar, estamos todos só de passagem.

Deixa um rastro de saudades a entristecer sua mulher, parentes e amigos, rastro que alcança o País todo, acostumado a admirar sua cultura e a espantosa amplitude de seus conhecimentos.

E nós nos sentimos mais pobres, e a Justiça Social se sente enfraquecida, especialmente aqueles empregados que confiavam no seu trabalho, visando, por sua interpretação muito pessoal do direito, a igualar os menos favorecidos, com suas teses plenas de princípios criativos.

Além dos amigos, sentem sua falta os animais que tanto estimava, como o gato que no TST não terá mais suas carícias, seus pássaros, e toda uma quantidade de seres, racionais e irracionais, que tiveram a felicidade de conviver com o amigo.

Os advogados, então, sentem realmente um vazio, como se fosse quebrado um dos baluartes da Justiça do Trabalho. V. Exa., Ministro, já era como uma lenda para os novos, uma parte da Justiça Social viva, existente, julgando, ensinando e doutrinando. Estabelecido em Brasília, podemos afirmar que V. Exa. era um mito na ordem social, daqueles que não acreditamos que morre pois necessitamos crer em sua eternidade.

Mas, não adianta fugir ao destino; e Deus resolveu que estava no momento próprio para que V. Exa. passasse para o outro lado, aquele que deve ser melhor organizado, por ser eterno.

É interessante notar que estão falecendo tantas pessoas ligadas à área social, que nos dá a impressão de que Deus estaria reorganizando seu reinado com uma nova Constituição e que, para tal fim, teria resolvido recrutar almas que bem conhecessem a matéria trabalhista.

E aqui, apenas para lembrar, recordamos Renato Machado, Hildebrando Bisaglia, Raymundo de Souza Moura, a organização paritária tão bem assistida por Orlando Lobato, ilustres advogados, como Carlos Arnaldo Selva, brilhantes Juízes e representantes do Ministério Público.

(*) Discurso proferido pelo Doutor José Alberto Couto Maciel, em nome do Instituto dos Advogados do Distrito Federal, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal e dos Advogados militantes no TST, na sessão em homenagem ao Ministro falecido.

Todos eles são passíveis de juntar-se à sua Presidência, **Coqueijo**, vitalícios na eternidade, no seu sentido amplo, prontos para dar as garantias constitucionais necessárias a uma vida eterna sem desigualdade, em que todos são iguais perante Deus.

E já, aí, imagino V. Exa., sentado ao lado do Criador, e sugerindo uma série de medidas que não conseguiram fossem tomadas na Terra, em sua Terra, onde a desigualdade é tão gritante.

E no Céu V. Exa. começa a constatar que, não havendo política, suas verdades são reconhecidas, pois Deus vai outorgando um por um os direitos constitucionais que lhe vêm à lembrança.

Demonstra V. Exa. que seria certo terminar com o poder arbitrário de uns sobre os outros, pois não existem almas inferiores, sendo a estabilidade um direito de todos na eternidade. Levanta a necessidade de uma distribuição eqüitativa das felicidades divinas, uma vez que não poderia existir um paraíso em que alguns tenham muito e outros sejam desprestigiados, todos nascidos da mesma forma, ou seja, pela morte.

E vai mais além, entendendo que não deveria haver aquela distinção, que vem na Bíblia, criadora do Céu e do Inferno. É que as almas daqueles considerados piores na Terra, estas não mereciam um castigo eterno, pois já em vida sofreram e viveram do sofrimento porque não puderam viver com felicidade, não cabendo a manutenção desse sofrimento por toda a eternidade.

Fica V. Exa. admirado porque vê todos os pedidos, Independentemente do tempo em que são feitos, ser atendidos pelo Criador quando justos se apresentam.

E explica a Deus sua admiração: em minha Terra, diz V. Exa., não pode o empregado requerer seus direitos quando trabalha, pois quase sempre é despedido. Acontece que, se pede ele após a rescisão do contrato, a Justiça entende que prescreve aquele pedido depois de dois anos de sua lesão, daí a perda da maioria dos direitos dos trabalhadores, entendimento contra o qual vinha me opondo constantamente.

E por esse raciocínio eu seguiria, Coqueijo, imaginando tudo de bom que V. Exa., com sua experiência e conhecimentos, pode ter levado a Deus, e penso assim porque, em termos de legislação social, muito de mal tem ficado aqui para nós.

Mas isto é só Imaginação, pois Deus, certamente, no Céu, impregnou a todas as almas com sua Justiça Eterna, e V. Exa., Ministro **Coqueijo**, que tanto trabalhou aqui na Terra pela Justiça dos homens, já está tendo o merecido descanso, homenageado pelo Criador.

Fique, certo porém, de que de suas andanças entre nós, ficaram abertos caminhos que, se seguidos, e certamente o serão, levarão os homens a uma vida melhor e a uma sociedade mais digna na qual prevaleça, não o interesse das classes, mas a beleza do amor.

Até Breve!